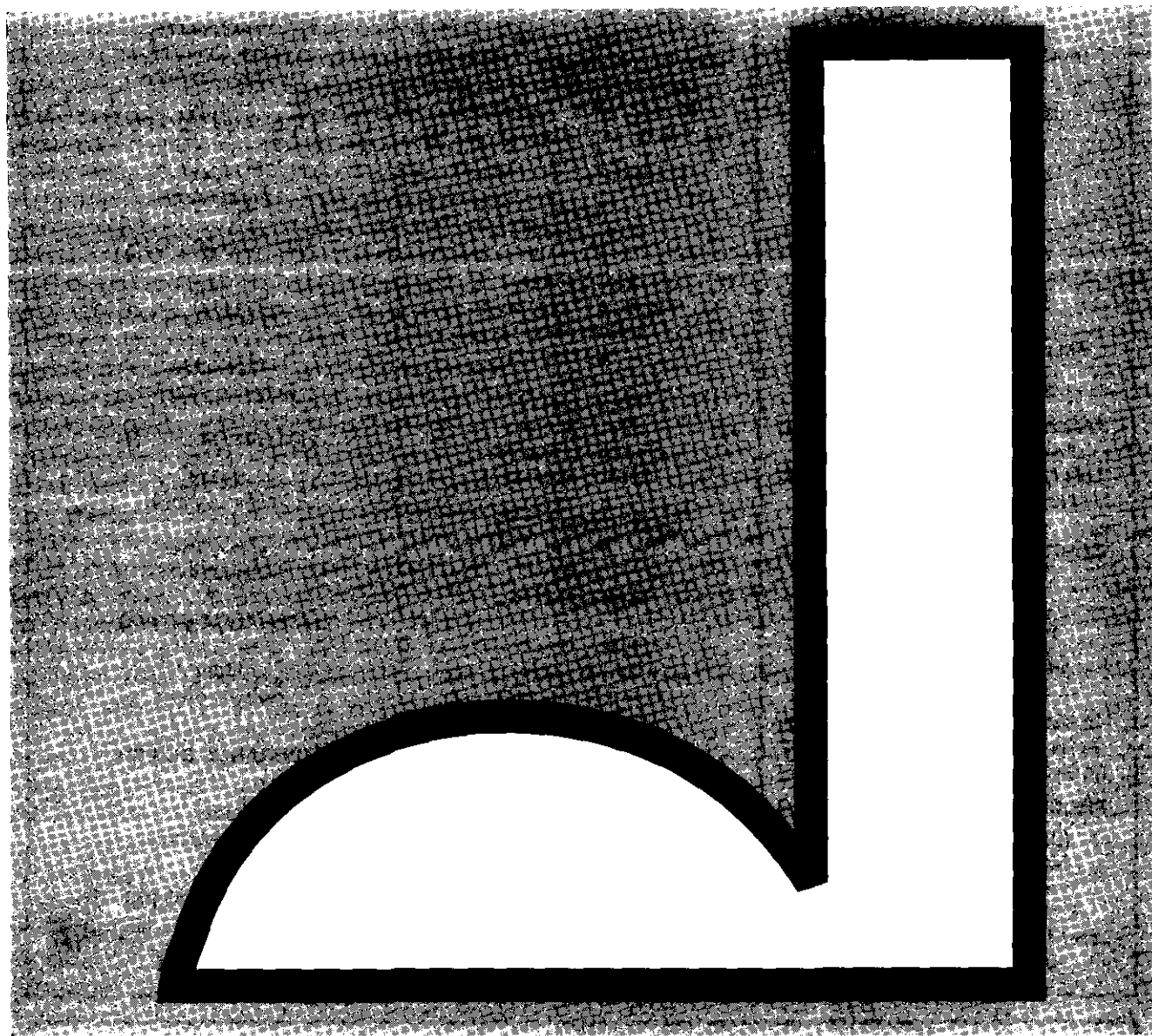




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PSB – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSR Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PSL Líder Romeu Tuma</p>
--	--	--

<p>EXPEDIENTE</p>		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf	MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata	Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 21ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Homenagens de pesar pelo falecimento de D. Sarah Kubitschek. 01327

1.2.2 – Requerimentos

Nº 53, de 1996, de autoria do Senador José Roberto Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de D. Sarah Kubitschek. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Bernardo Cabral, Antonio Carlos Magalhães, Elcio Alvares, Humberto Lucena, Esperidião Amin, José Eduardo Dutra, Bello Parga e Romeu Tuma, tendo o Sr. Presidente, em nome da Mesa, se associado às homenagens prestadas. 01327

Nº 54, de 1996, de autoria do Senador Bernardo Cabral, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de D. Sarah Kubitschek, viúva do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Bernardo Cabral, Antonio Carlos Magalhães, Elcio Alvares, Humberto Lucena, Esperidião Amin, José Eduardo Dutra, Bello Parga e Romeu Tuma, tendo o Sr. Presidente, em nome da Mesa, se associado às homenagens prestadas. 01328

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Designação de Comissão, constituída pelos Senadores José Roberto Arruda, Valmir Campelo, Lauro Campos, Luiz Alberto de Oliveira, Antonio Carlos Magalhães, Mauro Miranda e Iris Rezende, para representar o Senado Federal nos funerais de D. Sarah Kubitschek. 01331

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Referências a pronunciamento do Sr. Jefferson Peres, em sessão do dia 1º do corrente, sobre o Governo de Juscelino Kubitschek. Participação de D. Sarah Kubitschek na vida política brasileira. 01331

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Efeitos nocivos da estiagem nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e a necessidade de liberação de recursos especiais para os agricultores daqueles Estados. 01334

SENADOR LÚDIO COELHO – Associando-se às homenagens prestadas ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek e à D. Sarah, sua esposa. Crise do setor agrícola. Elevação dos juros e suas consequências para a exportação nacional. Preocupações com o artificialismo das reservas cambiais do País. 01335

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 4, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 13, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Estado do Tocantins a prestar garantia no valor de trinta e quatro milhões de reais, acrescida dos respectivos encargos financeiros (acessórios), junto ao Banco do Brasil S/A, destinada a financiar a execução do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER III – Piloto, a ser implantado no Município de Pedro Afonso, TO. **Votação adiada por falta de quorum**. 01336

Projeto de Resolução nº 5, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 14, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que concede autorização para elevação temporária de limite de comprometimento e para contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até vinte milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Projeto de Pavimentação Asfáltica da Rodovia MS-141, trecho Ivinhema-Naviraí. **Votação adiada por falta de quorum**. 01336

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. Usa da palavra o Sr. Josaphat Marinho, na quarta sessão de discussão. 01336

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia		2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR BERNARDO CABRAL – Abordagem sobre o salário-educação.....	01338	Nºs 132 (republicação) e 134 a 144, de 1996.....	01347
SENADOR ERNANDES AMORIM – Comentários sobre a omissão do governo em relação à agricultura. Necessidade de um programa de segurança alimentar.....	01343	3 – MESA DIRETORA	
SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Consequências da política de estabilização monetária do governo.....	01345	4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
1.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.		5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
1.4 – ENCERRAMENTO		6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 21ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de fevereiro de 1996

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ernandes Amorim, José Eduardo Dutra e Romeu Tuma.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Wilson – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Elcio Álvares – Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Josaphat Marinho – José Eduardo Dutra – José Roberto Arruda – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúdio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marina Silva – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Osmar Dias – Ramez Tebet – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Valmir Campelo – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Brasília está de luto. Faleceu ontem, aos 87 anos, vítima de parada cardíaca, D. Sarah Kubitschek.

Esposa do maior estadista brasileiro deste século, D. Sarah exerceu com dignidade e brilho o papel de "eterna Primeira-Dama do Brasil". Elegante, dócil, porém firme em suas convicções, a grande senhora faleceu por volta das 16 horas de um dia chuvoso na Capital do Terceiro Milênio, obra imortal de seu inesquecível esposo Juscelino Kubitschek.

Com presença marcante na nossa história recente, D. Sarah Kubitschek deixa uma lacuna difícil de ser preenchida. Como bem disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "com D. Sarah vai-se uma parte de nossa história".

Casada com o Presidente Juscelino Kubitschek desde os 18 anos, D. Sarah viveu 47 anos ao lado

de JK, tiveram duas filhas: a minha grande amiga Márcia Kubitschek e a nossa querida e admirada Maristela.

Primeira-Dama dos "anos dourados", D. Sarah teve papel importantíssimo no curso dos acontecimentos daquele rico período de nossa história, notadamente no que se refere à transferência da Capital para o Planalto Central.

Encarnando a figura de "mãe" de Brasília, D. Sarah amou esta cidade como se realmente fosse uma de suas filhas mais queridas. Talvez, por isso mesmo, D. Sarah tenha conquistado muito mais do que a admiração e respeito dos brasilienses: conquistou algo diferente, particular, conquistou o amor e a gratidão dos que nasceram e vivem no Distrito Federal.

Viúva desde 1976, D. Sarah honrou e engrandeceu a memória de JK. Mesmo depois do desaparecimento de Juscelino, D. Sarah prosseguiu como exemplo maior de dignidade, permanentemente comprometida com o bem-estar do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs e Sr. Senadores, ao concluir meu pronunciamento, quero, como porta-voz dos cidadãos desta cidade, tributar a D. Sarah Kubitschek a homenagem maior, mais significativa do povo brasiliense, a homenagem da sua eterna gratidão, do seu inesgotável amor por aquela que foi a grande "mãe" e a grande benfeitora desta obra monumental que é Brasília.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Eduardo Dutra.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 53, DE 1996

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Dra. Sarah Kubitschek.

a – inserção em ata de um voto de profundo pesar;

- b – representação nos funerais; e
- c – apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 1996. – José Roberto Arruda – Valmir Campelo – Humberto Lucena – Antônio Carlos Magalhães – Esperidião Amin – Ernandes Amorim – Ronaldo Cunha Lima – Romeu Tuma – Bello Parga – Iris Rezende – Mauro Miranda – Ramez Tebet.

REQUERIMENTO Nº 54, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, as seguintes homenagens pelo falecimento da Sr^a Sarah Kubitschek de Oliveira, viúva do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Justificação

Dona Sarah realizou notável obra de assistencialismo, incluindo escolas, creches, distribuição de roupas, alimentos, cadeiras de rodas e aparelhos mecânicos para deficientes físicos. Com a criação da Organização das Pioneiras Sociais, sua obra se espalha por todo o território nacional. Em Belo Horizonte, fundou o Hospital Júlia Kubitschek, um dos maiores do Estado e o Hospital Sarah Kubitschek, internacionalmente conhecido. Fundou hospitais-volantes, distribuídos pela maioria dos estados, equipados para atendimento médico e odontológico. Trouxe para a Amazônia os primeiros hospitais flutuantes de nossa história, adquiridos da Alemanha. Foi dona Sarah, mulher dinâmica e enérgica, em razão do que Juscelino dizia: Sarah seria uma excelente ministra no meu governo. Por tudo que dona Sarah representou para o País, morre a grande senhora, como a eterna primeira dama do Brasil.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 1996. – Senador **Bernardo Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Esses requerimentos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que assim o desejarem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL (AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não aparteei o eminente Senador Valmir Campelo porque havia um requerimento de minha autoria no sentido de podermos tributar à memória de D. Sarah Kubitschek uma das maiores

justiças que este Congresso poderia fazer, porque viúva de um ex-Governador, ex-Deputado Federal, ex-Senador, ex-Presidente da República e mãe de uma colega Constituinte, a eminente Deputada Federal Márcia Kubitschek, depois vice-Governadora do Distrito Federal.

Quando apresentei o meu requerimento, a minha idéia era dizer que o País estava de luto, e não apenas Brasília. Vejo, no entanto, que há um requerimento dos companheiros de Brasília. Ora, sendo assim, este, no meu entender, tem o mérito de ter valor acima do meu que sou do Amazonas.

Portanto, peço permissão aos meus eminentes colegas para acoplar-me ao requerimento de S. Ex^{as} e, por essa razão, manifestar, também, o meu sentimento de pesar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães para encaminhar o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de chegar ao plenário antes do início desta sessão para ser autor de uma moção de pesar pelo falecimento de D. Sarah Kubitschek.

Entretanto, era justo que os representantes do Distrito Federal, os representantes do povo de Brasília, tivessem essa prioridade. E eles já haviam realmente feito o requerimento – os Srs. Senadores José Roberto Arruda e Valmir Campelo –, razão por que o subscrevi.

Participo, como toda a Nação brasileira, do pesar pelo falecimento de D. Sarah e o faço com razões muito próprias dado o relacionamento que sempre mantive com o Presidente Kubitschek, com a sua família e, em particular, com D. Sarah. Até hoje tínhamos relacionamento de amizade muito fraterno; e as posições políticas não nos afastaram. Daí, posso dizer que é com muito pesar que venho traduzir o meu sentimento – tenho certeza, é também do meu Partido – pelo falecimento de D. Sarah que, além de esposa do Presidente Kubitschek, foi também uma senhora que agiu com muita dignidade quando no exercício da difícil função de Primeira-Dama do País.

Sobre o Presidente Kubitschek não se deve mais falar pelo tanto que já se falou e pelo lugar que já conquistou na história. Como já disse e repito: o estadista deste século do Brasil. Sem dúvida, Juscelino Kubitschek marcou posição incomparável no Brasil nesse tempo e, para isso, evidentemente con-

tou com a ajuda de sua companheira, que agora desaparece.

Ontem, o Governador de Brasília, Cristovam Buarque, que sabe do meu relacionamento com D. Sarah, teve a gentileza de comunicar-me a ocorrência desse episódio. Penso que é do meu dever levar ao conhecimento da Casa esse gesto do Governador, pelo qual eu não esperava.

Fiz questão de chegar logo a Brasília, para manifestar à família Kubitschek, às duas filhas de Sarah Kubitschek e às suas netas o sentimento da Bahia, do povo baiano, que – acredito – é o de todo o Brasil. Essa é também uma maneira de se homenagear o grande brasileiro que foi Juscelino Kubitschek. Estou aqui com o propósito de lembrar também a figura do grande estadista. Penso que as homenagens que o Senado prestará à figura de D. Sarah Kubitschek, que soube, como poucas, honrar a difícil posição que exerceu, refletem também o seu apreço ao ex-Presidente da República, ao ex-Senador, ao homem público de qualidade invulgar.

Lamentamos o falecimento de D. Sarah, mas, de qualquer sorte, temos muito o que agradecer a Deus, porque, durante os 87 anos que viveu, D. Sarah Kubitschek soube dignificar e, sobretudo, honrar a sua posição que ocupou bem como a de seu marido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por garantir-me o uso da palavra.

Agradeço também aos Colegas a solidariedade que todos prestarão à memória de D. Sarah Kubitschek.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) – Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes colegas, toda a Casa está consternada. D. Sarah Kubitschek marcou na História do País uma posição privilegiada. Diria mesmo que, na admiração que todos nós votamos ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que deu ao Brasil dimensão de grandeza e de modernidade, está embutido o carinho pela figura serena, tranqüila e, acima de tudo, cordial de D. Sarah Kubitschek.

Logo nos primeiros momentos do meu mandato, tive o privilégio de conhecer de perto essa extraordinária mulher em casa da sua filha Márcia. Muito bem disse, ainda há pouco, o Senador Antonio Carlos Magalhães: ela manteve uma conduta ímpar como Primeira-Dama do País e também, logo em seguida, ao viver todo o reflexo da popularidade e do prestígio de Juscelino Kubitschek.

D. Sarah tinha um posicionamento digno da nossa amizade e do nosso encontro. Em nenhum momento deixava transparecer aquilo que estava dentro do seu íntimo: o grande orgulho de ter sido a companheira do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Sua palavra era sempre positiva, otimista.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, eminentes colegas, que, após a morte de Juscelino Kubitschek, D. Sarah conseguiu transferir para Brasília todos os seus afetos e aqui continuou residindo, numa demonstração efetiva de que esta cidade marcou de forma indelével a sua vida.

Se tivermos oportunidade de verificar todo o noticiário, veremos que há uma constância da presença de D. Sarah na vida, nos gestos e nos atos de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Foi a companheira inextinguível e soube honrá-lo em todos os momentos, principalmente depois que ele deixou de ser o grande brasileiro, para se transformar numa lenda nacional.

Muito amena, muito afável, em cada minuto, D. Sarah dava uma lição viva da história. Sem preocupação de endeusar, de exaltar o marido, suas palavras gravavam atos de Juscelino Kubitschek, que nos faziam, cada vez mais, sentir a presença desse brasileiro não só no comando máximo da Nação, mas também no desempenho dos vários cargos públicos que ocupou.

D. Sarah, ao lado do marido, privou do poder. Sempre ao lado do marido, também sofreu o infortúnio de relativo ostracismo, porque Juscelino sempre se colocou acima de qualquer julgamento daqueles que não souberam compreender na época a beleza e a projeção de seu governo.

Portanto, penso que os requerimentos aqui formulados, conforme também disse o Senador Bernardo Cabral, ganham força exatamente porque estão firmados pelos eminentes Senadores do Distrito Federal. Ninguém melhor do que Valmir Campelo, José Roberto Arruda e Lauro Campos para dizer do sentimento geral. Brasília tem íntima ligação com Juscelino Kubitschek e, muito mais ainda, com aquela que elegeu esta cidade para ser a continuação de uma vida marcada por exemplos dignos e nobilitantes.

Portanto, neste momento, como Líder do Governo, faço com que as minhas palavras se inscrevam no requerimento dos eminentes representantes do Distrito Federal. Registro também que o próprio Presidente da República, ao saber desse evento que consternou todos nós, fez questão de externar à família não só o seu sentimento pessoal, mas o de toda a Nação brasileira.

Como Líder do Governo, associo-me ao requerimento. De maneira também muito pessoal, como representante do Espírito Santo, manifesto aqui o sentimento do nosso Estado. Tenho certeza de que os Senadores Gerson Camata e José Ignácio Ferreira estão solidários com essa posição, porque o Espírito Santo sempre teve pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira o maior apreço e admiração. Essa admiração estendeu-se, ao longo de sua vida, à própria D. Sarah Kubitschek, que sempre demonstrou em todos os momentos uma conduta que merece realmente o respeito daqueles que, como nós, têm vida pública e sabem muito bem da importância das suas companheiras no cumprimento das mais difíceis missões.

Neste instante, Sr. Presidente, associando-nos a todas as manifestações, queremos levar à família de D. Sarah o nosso abraço, a nossa solidariedade e a convicção desta Casa de que mais do que nunca, D. Sarah soube honrar a vida gloriosa de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a notícia do falecimento de D. Sarah Kubitschek, apesar da avançada idade, sensibilizou toda a Nação e, particularmente, Brasília, cidade que ela elegeu para residir com parte da sua família, após a perda do seu inolvidável esposo, o grande estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira.

D. Sarah Kubitschek distinguiu-se como Primeira-Dama pela sua discrição, pela sua elegância e também pelo trato das questões ligadas à área social, sendo de salientar – se já não o fizeram outros oradores – o seu trabalho na Fundação das Pioneiras Sociais, continuando aliás a tarefa que teve como Primeira-Dama em Minas Gerais, à frente da Organização das Voluntárias.

D. Sarah Kubitschek deslocava-se do Palácio da Alvorada, quando o seu esposo era Presidente, para comandar as Pioneiras Sociais e não foi senão por solidariedade à causa dos mais carentes que ela teve o seu nome inscrito no "Hospital Sarah Kubitschek", dirigido pelo Dr. Campos da Paz que o concebeu e que, hoje, é um dos maiores centros de excelência no seu setor de especialização em toda a América Latina.

Se D. Sarah Kubitschek destacou-se como Primeira-Dama nesse trabalho discreto, mas dinâmico, na área social, por outro lado, nunca deixou de ser,

como esposa de Juscelino Kubitschek, a companheira das lutas de todos os momentos; não apenas dos momentos felizes que o fizeram um dos Presidentes mais queridos dos brasileiros, mas também dos seus momentos de tristeza e de sofrimento, quando cassado o seu mandato e suspensos os seus direitos políticos, teve que, espontaneamente, exilar-se na Europa, amargando com a família a grande saudade de sua terra natal. Mas, sempre naquela expectativa otimista de que o regime militar duraria pouco e de que brevemente voltaria a raíar a liberdade no Brasil.

D. Sarah ali ao lado, com as filhas, procurava injetar-lhe coragem – que nunca lhe faltou – e determinação, o que representou um bálsamo a suavizar a dor que perseguia profundamente o espírito de Juscelino quando teve que deixar a sua Pátria naquelas horas de dificuldades políticas.

Nunca ouvi da boca de D^a Sarah Kubitschek uma palavra mais dura que atingisse, de maneira pessoal, os adversários de seu esposo. Católica praticante, ela recebia tudo com compreensão e entregava a Deus o destino de Juscelino.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, D. Sarah Kubitschek, que ontem morreu em Brasília vítima de problemas circulatorios, deixa para todos nós brasileiros, para as mulheres e, sobretudo, aos mais jovens, um grande exemplo de dedicação, de trabalho, de idealismo, um exemplo que ela cultivou junto ao seu esposo, o fundador de Brasília, cujos restos mortais repousam nesta cidade, no Memorial JK, que, certamente, dentro de pouco receberá também os de D. Sarah Kubitschek.

Trago em meu nome pessoal, em nome do Estado que represento nesta Casa, a Paraíba, em nome também do meu Partido – se outros já não falaram por ele – a nossa imensa saudade, formulando votos para que Deus dê conforto às suas filhas, aos seus genros e aos seus netos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – (PFL-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de me associar – inclusive em nome do meu Partido, tive a liberdade, na ocasião, de subscrever igualmente o requerimento –, de público e deixar consignado nos Anais da Casa não apenas a solidariedade

pessoal, mas o sentimento do meu Partido e certamente, como já foi realçado, de toda a Nação de condolências pela perda de uma mulher que se notabilizou como companheira, como esposa dedicada e como protagonista, por esta circunstância, de um pedaço tão rico e construtivo da História do Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, associar-me a esse requerimento de pesar e fazer minhas as palavras dos Senadores que me antecederam, Senadores Elcio Alvares, Antonio Carlos Magalhães e Humberto Lucena. Muito obrigado.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na ausência momentânea da Liderança do meu Partido, quero trazer a palavra da Bancada do Partido da Frente Liberal, associando-se a esta Casa no sentimento de pesar que domina todo o País, pelo falecimento ontem, em Brasília, da viúva do Presidente Juscelino Kubitschek. Quero dizer, embora não o tendo feito nenhum dos Líderes, que o Partido da Frente Liberal subscreve integralmente os termos dos requerimentos apresentados nesta Casa.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também gostaria de me solidarizar com os signatários do requerimento e com os Senadores pelas manifestações em homenagem a D^a Sarah Kubitschek, que escreveu, na nossa história contemporânea, um exemplo de como se presta serviço à sociedade menos favorecida em nosso País. Em nome do PSL, as nossas condolências e a nossa tristeza pela grande perda.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Em votação o Requerimento nº 53/96.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 54/96.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A Presidência, em nome da Mesa, se associa às homenagens tributadas à figura impar de D. Sarah.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – A Presidência designa comissão, constituída pelos Senadores Valmir Campelo, José Roberto Arruda, Lauro Campos, Luiz Alberto de Oliveira, Antonio Carlos Magalhães, Mauro Miranda e Iris Rezende, para representar o Senado Federal nos funerais da Sr^a Sarah Kubitschek.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Passa-se à lista de oradores.

Com a palavra o Senador José Roberto Arruda, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu havia me inscrito para ser hoje o segundo orador, antes da Ordem do Dia, em função do pronunciamento feito pelo eminente Senador Jefferson Péres nesta Casa, na última quinta-feira. S. Ex^a, com moderação e equilíbrio, fez uma retrospectiva do que, no seu entender como professor de História Econômica, havia ocorrido no País nos anos do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Inscrevi-me para falar desta tribuna em função daquele pronunciamento do Senador Jefferson Péres; ele, que respeitosamente apresentou uma visão crítica sobre alguns pontos do Governo Juscelino, mas com grandeza, como é do seu feito, ressaltou a sua admiração pessoal pelo Presidente Juscelino e por D. Sarah Kubitschek. Obviamente, com o acontecido nesse final de semana, deixo aqui de fazer as considerações que havia preparado para este momento e trago desta tribuna, em entendimento com o meu colega de Bancada, Senador Valmir Campelo, o nosso pesar, o pesar do povo de Brasília, daqueles que vieram das mais diversas regiões do País ajudar a construir muito mais do que a cidade, construir um sonho, e muito mais do que um sonho, construir, através de Brasília, a interiorização do desenvolvimento nacional.

Hoje, D. Sarah nos deixa, a mesma D. Sarah que no dia 12 de setembro do ano passado esteve aqui no Senado, sentou à mesa principal e participou ativamente das homenagens que prestávamos, naquela data, ao 93º aniversário do grande estadista Juscelino Kubitschek.

Lembro-me bem dos seus gestos firmes, da sua estatura pequena, que escondia, na verdade, a força de uma grande mulher. E lembro-me precisamente das suas falas, das suas considerações no momento em que o Senado Federal prestava justa homenagem não só ao aniversário do estadista Juscelino Kubitschek, mas lembrava com depoimentos emocionados do Senador Josaphat Marinho, o único Senador desta legislatura que era Senador quando Juscelino Kubitschek foi cassado como Senador por Goiás, e do testemunho do Senador Antonio Carlos Magalhães, que com ele conviveu e, embora em partidos diferentes, foram grandes amigos, principalmente nos períodos de adversidade.

E quem é D. Sarah Kubitschek? Por mais que Valmir Campelo e eu conversássemos e combinássemos que ele iniciaria esta sessão apresentando esta moção, este requerimento de pesar, por mais que trocássemos idéias sobre as inúmeras conversas que nós dois tivemos com D. Sarah ao longo dos últimos quinze anos, em vez de falar da sua biografia, preferimos tirar alguns pontos marcantes de sua vida, que é a nossa forma de homenagear a grande mulher.

O primeiro deles ocorreu no ano de 1950 em Minas Gerais. Era candidato pelo PSD ao Governo de Minas o jovem médico Juscelino Kubitschek de Oliveira, que havia, como prefeito, revolucionado a vida em Belo Horizonte. Pela UDN, era candidato outro grande mineiro: Gabriel Passos. E quando a campanha, acirrada, chegava aos seus momentos finais, Juscelino Kubitschek de um lado e Gabriel Passos de outro, a imprensa mineira saiu com a seguinte manchete: "Não se sabe ainda quem será o Governador de Minas, mas já se sabe o nome de sua sogra: será a D. Luisinha".

O interessante é que a D. Luisinha tinha duas filhas: Sarah Kubitschek e Amélia; Sarah Kubitschek, casada com Juscelino, candidato do PSD, e D. Amélia, casada com Gabriel Passos, candidato da UDN.

O fato mais interessante é que, depois que Minas entendeu que não se sabia ainda quem seria o Governador, mas já se sabia que a sogra do Governador seria a D. Luisinha, houve, então, uma reunião do PSD mineiro na casa do Presidente Juscelino. Juscelino perdia alguns pontos na pesquisa, e podia-se imaginar que Gabriel Passos seria o novo Governador de Minas. Naquela reunião, o PSD discutia uma estratégia para virar a campanha nos seus últimos dias. A reunião varava a madrugada, quando alguém mais exaltado do PSD sugeriu que a única maneira de derrotar Gabriel Passos era levantando algumas críticas que se faziam na época a respeito da sua vida pessoal. Alguns outros peessedistas o secundaram, dizendo que efetivamente tinham que fazer aquele ataque, porque era a única

maneira de o PSD chegar ao poder. Começaram, então, a fazer algumas críticas de nível pessoal a Gabriel Passos. Nesse exato momento, irrompe pela sala D. Sarah Kubitschek, saindo do seu quarto, e, com a sua firmeza, disse exatamente o seguinte – como, aliás, o próprio Juscelino conta no seu livro de memórias: "Na minha casa, ninguém fala mal do meu cunhado. Está encerrada esta reunião. Juscelino, vem dormir".

A reunião terminou naquele momento. Ela não admitiu que a disputa política entre o PSD e a UDN criasse uma crise familiar e fez com que se respeitasse o nome do grande mineiro Gabriel Passos na sua casa. Juscelino aquiesceu àquela sua posição. A campanha chegou aos dias finais sem que aquelas críticas pessoais fossem levadas a público, e Juscelino, por uma pequena diferença de votos, acabou sendo Governador de Minas.

Essa era Dona Sarah Kubitschek.

Os anos passaram-se – estávamos no ano de 1950 – e, em 1965, Juscelino parte para o exílio. Ele, que havia sido Prefeito, Deputado, Governador de Minas, o Presidente reverenciado pelas multidões, é exilado, tem seus direitos políticos cassados e vai viver em Portugal. Está Juscelino Kubitschek morando num pequeno e humilde apartamento, quando recebe um telefonema de ninguém menos do que Carlos Lacerda, aquele que havia sido, impiedosamente, seu principal adversário. E Carlos Lacerda convidava o Presidente Juscelino para um almoço num restaurante em Lisboa, onde conversariam sobre a criação da Frente Ampla. O Presidente Juscelino, exilado, triste, longe de seu País, preocupado com os rumos da política brasileira, resolve, como era do seu feitio, esquecer as injúrias e críticas levantadas por Lacerda e aceita o convite. Marca um almoço para o dia seguinte. Quando desliga o telefone, o Presidente Juscelino conta para D. Sarah, que imediatamente se levanta e diz: "Absolutamente não. Concordo que haja um encontro com Carlos Lacerda, mas aqui na nossa casa. Se quiser encontrar você, Juscelino, terá que vir a nossa casa como sinal de uma retratação política, fundamental para que, daqui para a frente, possa nascer a Frente Ampla".

O Presidente Juscelino, então, volta a chamar Carlos Lacerda por telefone; Lacerda concorda e vai à casa de Juscelino. O resto, a história política brasileira registra.

Essa era D. Sarah Kubitschek. Eu mesmo a conheci na primeira campanha política de Brasília, quando Valmir Campelo se elegeu Deputado Federal mais votado e Márcia Kubitschek, filha de Juscelino, se elegeu Deputada Federal por Brasília – e foi Deputada Constituinte. Conheci D. Sarah num apar-

tamento humilde da Asa Sul, ela própria gerenciando a cozinha – e cozinha de casa de político, com muita gente – com a firmeza que lhe é característica, o que foi fundamental, naquela oportunidade, na eleição de Márcia Kubitschek para a Assembléia Nacional Constituinte.

Essa foi D. Sarah. Muito mais do que esposa do grande brasileiro Juscelino Kubitschek, ela foi a criadora das Pioneiras Sociais. Criou o Hospital Sarah Kubitschek, que tem hoje um nome ligado à excelência do serviço médico no Brasil. Foi também ela que criou, na própria região Amazônica dos Senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres, os barcos-hospitais que atendiam as populações ribeirinhas. D. Sarah Kubitschek, enquanto viveu, teve enorme sensibilidade social.

Na morte de Juscelino, em 1976, quando todos nós acompanhávamos aquela verdadeira procissão de homens e de saudades, na Catedral de Brasília, onde todos os brasileiros faziam a última homenagem ao grande Presidente, D. José Newton, então Cardeal de Brasília, preocupado, assistia aos rumos de uma multidão que se estendia literalmente desde o aeroporto até a Catedral e, naquele momento, interrompiam o serviço fúnebre que se celebrava na Catedral porque queriam dar o adeus ao grande Presidente. D. José Newton, não conseguindo controlar a multidão, chama D. Sarah à frente, triste, chorando, mas sempre digna e firme, e pede que tente controlar a multidão. Ela vem ao microfone da Catedral e, com voz firme, dura e ao mesmo tempo serena, consegue o silêncio e também que as pessoas, aos poucos, deixem aquele recinto, para evitar, inclusive, o que seria uma grande tragédia.

A mesma D. Sarah do período das grandes alegrias: da posse na Presidência da República, da inauguração de Brasília; a mesma D. Sarah dos grandes momentos de tristeza: do exílio, do momento em que deixara o Brasil; foi essa D. Sarah quem esteve aqui, no dia 12 de setembro. Ela que já havia construído o Memorial JK, ela que dedicou grande parte de sua vida a reverenciar a memória de Juscelino Kubitschek, e, mais do que isso, a reverenciar a memória de um período atípico da história brasileira, quando tivemos democracia, liberdade e desenvolvimento; a mesma Dona Sarah Kubitschek, na última quarta-feira, gozando ainda da lucidez que a caracterizava, fez um último pedido. E, nesse momento fiz questão absoluta de falar desta tribuna, para trazer esse fatos a público, ao Senado, que foi a última Casa onde Juscelino Kubitschek de Oliveira exerceu um mandato político.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – Desejo associar-me às homenagens que aqui são prestadas a D. Sarah Kubitschek. Já que V. Ex^a, nesse brilhante pronunciamento que faz – e sempre o faz assim, fruto de seu talento ainda mais aguçado pela sensibilidade, em face da amizade que sempre o uniu à família Kubitschek -, traz depoimentos para nossa história, eu me permitiria também dar meu testemunho a respeito da figura humana dessa notável mulher que o Brasil perde. Eu a conheci quando o Presidente Juscelino Kubitschek dirigia o Banco Denasa. Eu me lembro que fui procurado pelo Presidente e por ele convidado para um jantar em sua casa, após um pronunciamento meu na televisão respondendo, na época, sobre a vida e a obra de Augusto dos Anjos. E o Presidente me telefonava e me convidava para manifestar sua estranheza com dados que eu trouxera, informando, inclusive, o custo do túmulo de Augusto dos Anjos em Minas Gerais, construído pelo então Governador Juscelino Kubitschek. E D. Sarah, presente, contava um detalhe acrescentando, além do corte do orçamento e do custo, quando eu me referia à inscrição do túmulo, ela lembrava que fora Juscelino Kubitschek quem escolheu colocar no túmulo: "Eu sou aquele que ficou sozinho cantando sobre os ossos do caminho a poesia de tudo quanto é morto". Ela morreu mas ficou o caminho e ficou a poesia da sua vida.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito obrigado, Senador Ronaldo Cunha Lima, por seu aparte que enriquece essa homenagem que todo o Senado faz à memória de D. Sarah Kubitschek.

Na última quarta-feira, quando fiz chegar à D. Sarah Kubitschek esse pequeno livro que a Federação das Indústrias de Brasília mandou imprimir com a Ata da Sessão Solene em que o Senado homenageou Juscelino Kubitschek em 12 de setembro, D. Sarah, pelas vias que considerou próprias, me fez portador do que veio a ser seu último pedido.

D. Sarah Kubitschek, há alguns anos – segundo relato dela mesma, na última quarta-feira -, recebeu uma carta de um senhor humilde de São Lourenço, no sul de Minas Gerais. Esta carta, que trago comigo, dizia que ele não entendia, como homem do povo – por que todos os países do mundo faziam homenagens justas aos seus grandes heróis, aos que ajudaram com suas vidas a construir partes importantes da sua história -, não entendia como jamais conseguiu encontrar o ponto exato em que o Presidente Juscelino Kubitschek sofreu o acidente e

morreu. E ele costumava sair de São Lourenço, ir ao Rio de Janeiro de carro, pela Via Dutra; fazia sempre essa viagem. Dizia ele, um homem simples de São Lourenço, Sr. Miguel Arcanjo Gorgulho, que era preciso que D. Sarah, com sua autoridade, com seu amor à memória do grande Presidente, pedisse ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagens que reservasse uma pequena área ao lado da Via Dutra, no seu acostamento, onde se pudesse construir algo que lembrasse que naquele ponto havia falecido o grande Presidente Juscelino.

D. Sarah recebeu essa carta, falou com o arquiteto Oscar Niemeyer e na quarta-feira recebeu dele este projeto. Trata-se do original de Oscar Niemeyer: o projeto simples do que seria um monumento, um marco à beira da Via Dutra, lembrando o ponto onde o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira foi acidentado e faleceu.

Cumprindo o meu dever como Senador de Brasília – como cidadão residente nesta Cidade, que teve o privilégio da amizade de D. Sarah Kubitschek, como o teve também Valmir Campelo –, faço chegar esse último pedido ao Senado Federal. Se os Srs. Senadores me permitirem, em nome do Senado, farei chegar esse mesmo pedido ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para que seja reservada uma pequena área e nela seja erguido um monumento à memória do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

D. Sarah Kubitschek, nessa mesma quarta-feira, recebeu os jornalistas em sua casa e disse duas frases lapidárias, como era do seu estilo. Com essas frases concluo meu pronunciamento. Primeiro, defendendo Brasília, disse D. Sarah: "A pessoa que encontrar defeitos em Brasília é do contra mesmo. A Nova Capital significou a redescoberta do Brasil, a interiorização do nosso desenvolvimento." E, sobre momentos de tristeza, disse D. Sarah: "Quem inventou o exílio sabia bem como punir as pessoas, mas soubemos atravessar esse período com dignidade."

Tenho absoluta convicção de que todos nós brasileiros saberemos atravessar a perda de D. Sarah com dignidade.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB- SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que

me faz, por alguns momentos, usar deste microfone é efetivamente fazer uma comunicação inadiável a respeito de circunstâncias que vive o Estado de Santa Catarina, assim como os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, em decorrência de problemas climáticos que representaram e representam graves dificuldades, e até mesmo penúria, para os pequenos produtores rurais.

A marca essencial do Estado de Santa Catarina na agricultura, e que tem profundo reflexo na agroindústria é a pequena propriedade viável, a pequena propriedade com atividade diversificada, assistida técnica e financeiramente pelos Governos que compreendem a importância desse modelo fundiário e econômico.

Ocorre que, em função de estiagem prolongada que afetou esses três Estados, as famílias dos pequenos produtores rurais de largas porções do oeste de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná – e é um grande número de famílias – estão vivendo um problema grave de subsistência. É muito importante que se viabilize uma modalidade de crédito de emergência que permita a essas famílias, absolutamente desassistidas, permanecerem no campo, mantendo sua propriedade ou a propriedade que está em sua posse.

Nesse sentido, na semana passada, procuramos o Presidente da República em exercício, o Vice-Presidente Marco Maciel. Vários Parlamentares estavam presentes, tais como o Senador Osmar Dias, que, com seu conhecimento de causa, levou sugestões muito concretas; os Senadores Roberto Requião, Vilson Kleinübing, Casildo Maldaner, Emilia Fernandes e Pedro Simon e vários Deputados de diversos Partidos. Estivemos com o Presidente em exercício e procuramos tornar viável a solicitação da Contag, que é porta-voz dessa aspiração dos pequenos produtores rurais.

Essa audiência ocorreu na quinta-feira passada, e, na sexta-feira, obtivemos a informação de que o Governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, já havia dado a palavra do Governo do Estado, na condição de garantidor, palavra indispensável à viabilidade do empréstimo com recursos do FAT aos agricultores do Rio Grande do Sul. Tais empréstimos variam de R\$1,5 mil a R\$2 mil por família, em condições subsidiadas que não foram ainda satisfatoriamente demarcadas pelo Governo.

Ocupo o microfone para deixar consignado aqui o sentimento de profunda preocupação, posto que, na última sexta-feira e no último sábado, percorri 18 Municípios do oeste do meu Estado e pude

constatar que o clima de desalento é muito preocupante.

Depois de desarranjar uma estrutura fundiária delicada como a de Santa Catarina, refazer essa estrutura é praticamente impossível. Mais importante do que assentar cerca de 200 mil famílias, como pretende o Governo, em quatro anos – um objetivo certamente nobre –, muito mais grave é desalojar um número semelhante de famílias por falta de assistência financeira apropriada, nesse momento de dificuldades em que essas famílias vivem.

Sr. Presidente, é para renovar nosso apelo – tenho certeza que não falo só por mim, mas em nome daquele grupo de Parlamentares – que ocupo o microfone; estamos preocupados com essa situação dramática. Já vivi problema semelhante como Governador do Estado e como Senador e senti, nesse último fim de semana, a preocupação mais ingente, em função do verdadeiro clima de desespero que vive um grande número de famílias de pequenos produtores rurais no meu Estado.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é certo, por exemplo, que o frango tem sido mencionado pelo Presidente, pelo Governo, como símbolo da estabilidade da moeda. Não preciso dizer que Santa Catarina tem, na agroindústria e, particularmente, na avicultura, um papel de destaque no País. Têm sede em Santa Catarina praticamente todas as grandes empresas que fizeram da avicultura brasileira um dos setores de maior eficiência do mundo, segundo nos informa o Banco Mundial. Essa estrutura está assentada sobre a pequena propriedade. E o pequeno proprietário rural não está tendo como subsistir depois que sua cultura, principalmente a do feijão e parte da do milho, gorou em função da estiagem por que passou o Estado de Santa Catarina e os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, conforme foi relatado naquela reunião.

Na sexta-feira, procurei o Sr. Pedro Parente, Ministro em exercício da Fazenda e falei com o Vice-Presidente Marco Maciel; novamente falei com o Vice-Presidente hoje, já que com S. Ex^a tínhamos tratado do assunto. A angústia dos agricultores do meu Estado é o motivo pelo qual faço esta comunicação, uma advertência para a gravidade da situação e o apelo para que o Governo Federal se sensibilize e torne possível essa linha de apoio ao pequeno produtor rural do meu Estado e, certamente, dos Estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Emandes Amorim) – Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra o nobre Senador Lúcio Alcântara. (Pausa)

Com a palavra o nobre Senador Teotônio Vilela Filho. (Pausa)

Com a palavra o nobre Senador Lúdio Coelho, por vinte minutos.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo me associar às homenagens prestadas anteontem ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek e hoje à D. Sarah Kubitschek.

Entre tantas coisas importantes que esse casal fez pela Nação brasileira – o desenvolvimento econômico que o governo de Juscelino Kubitschek trouxe à Nação –, quero lembrar aos nobres Senadores algo muito significativo que Juscelino Kubitschek fez pelo Brasil: ele restabeleceu a confiança e a esperança do povo brasileiro em seus destinos. Lembremo-nos que, naquela época de Juscelino, a Nação parece ter despertado para um novo período de grandes esperanças em seu futuro.

Quero tratar hoje de assunto bastante discutido. Se não me engano, na quinta ou sexta-feira o nobre Senador Jefferson Péres tratou desse assunto aqui desta tribuna. Estou de acordo com S. Ex^a quando felicitou o Banco Central pela pequena desvalorização do real e pela alteração na taxa de juros. Participo dessas homenagens ao Banco Central, Senador Jefferson Péres.

Entretanto, pelo que estou vendo no País inteiro, há coisas com as quais não concordo. Há poucos instantes, o Senador Esperidião Amin falou das dificuldades dos pequenos agricultores devido a problemas de estiagem. Creio, porém, Sr. Presidente, que as dificuldades desses agricultores não advêm apenas da estiagem; surgem também em decorrência da sobrevalorização do real, o que inviabiliza a exportação de produtos primários. Por isso estou preocupado com a permanência dessa linha da área econômica do Governo.

Estamos assistindo a essa crise toda no País porque as áreas de produção estão comprimidas, de um lado, pela elevada taxa de juros e, de outro, pelo câmbio irreal.

Entendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os juros altos pagos aos capitais mundiais estão sendo muito pesados para a nação brasileira. Estamos pagando para ter reservas de US\$51 bilhões. Esse assunto deveria ser reexaminado; essas reservas, na sua grande maioria, não são provenientes do excesso das exportações sobre as importações.

Em 1995, quando no mundo inteiro houve um grande desenvolvimento das relações comerciais in-

temacionais, no Brasil, aumentamos apenas em 6% as exportações e aumentamos em 48% as importações. Todos sabem que os negócios internacionais não são feitos do dia para a noite. As exportações passam por um longo processo de estudo pelas empresas da área. É necessário haver certa firmeza, certa tradição, nas exportações. O que está acontecendo com o País é algo muito sério. A Nação brasileira precisava pensar um pouco sobre isso. Não sei até quando essas nossas reservas, que não correspondem à realidade, vão ter a confiabilidade do mundo capitalista. Esses R\$51 bilhões de nossas reservas não são legítimas; em sua maioria, provêm das elevadas taxas de juros que estamos pagando; uma parte dela é oriunda de remessas de brasileiros que estão trabalhando no exterior.

Hoje, estava pensando que, se aumentássemos bastante o número de brasileiros trabalhando fora do País, talvez pudéssemos aumentar bem essas nossas reservas; um produto bom de exportação numa fase de tanto desemprego pela qual está passando o País. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Os itens 1 e 2 da pauta têm suas votações adiadas por falta de **quorum**.

São os seguintes os itens adiados:

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 39, de 1996)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 13, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Estado do Tocantins a prestar garantia no valor de trinta e quatro milhões de reais, acrescida dos respectivos encargos financeiros (acessórios), junto ao Banco do Brasil S/A, destinada a financiar a execução do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER III – Piloto, a ser implantado no Município de Pedro Afonso, TO.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 40, de 1996)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 14, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que concede autorização para elevação temporária de limite de comprometimento e para contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FON-PLATA, no valor de até vinte milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Projeto de Pavimentação Asfáltica da Rodovia MS-141, trecho Ivinhema-Naviraí.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Item 3:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.
(Quarto dia de discussão)

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante 5 dias úteis consecutivos, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã.

Em discussão.

O Sr. Josaphat Marinho - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero louvar a iniciativa dessa emenda constitucional, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Essa é uma emenda que abre ao mundo o trabalho nas instituições culturais, de pesquisa e tecno-

logia no Brasil. Não se abrem as fronteiras econômicas para a entrada abusiva do capital especulativo. A emenda corrige um equívoco da Constituinte, que não permitia o aproveitamento do talento estrangeiro, nem no serviço público brasileiro, nem nas instituições de pesquisa e de cultura. Foi, sem dúvida, um equívoco, já que no regime democrático, plenamente caracterizado como Estado de Direito, não era razoável que tal proibição se contivesse na Constituição. A tempo, porém, faz-se a correção para permitir a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras. Assim se amplia a interpenetração da cultura; assim se eliminam preconceitos contra a inteligência; assim são reconhecidos, no País, o talento e o merecimento advindos de outras nações. Isto é democracia cultural. Aqui, sim, cabe a abertura para propiciar a interpenetração do conhecimento e da experiência, sem indagar de sua origem.

No particular, não há que fazer senão as limitadas restrições que forem consignadas em lei para resguardar o trabalho dos brasileiros. Mas não se inibe a recepção do espírito culto, do talento bem preparado, da experiência desenvolvida na ciência, na pesquisa, na tecnologia.

Pena é que as distorções do processo de revisão da Constituição tenham prejudicado emenda anterior a esta, nascida nesta Casa, de autoria do Senador Marco Maciel. Muito antes da revisão, muito antes desta emenda, foi aqui aprovada emenda de objetivo idêntico, do nobre Senador Marco Maciel, hoje Vice-Presidente da República. Em ato de justiça a ele e ao Senado, cabe salientar aquela iniciativa. Ao fazê-la, S. Ex^a ressaltou com muita propriedade:

"O conhecimento, como patrimônio da humanidade, não pode se limitar às fronteiras geográficas e às nacionalidades; da discussão, do aprofundamento teórico e metodológico e da troca de experiências depende o impulso que nos permite vislumbrar um novo momento para a ciência."

De lamentar é que a emenda daqui originária, e com precedência, não houvesse sido aprovada em tempo na Câmara dos Deputados, de sorte que o Senado, hoje, tivesse o contentamento de ver modificada a Constituição por um ato esclarecido de sua iniciativa.

O Sr. Lauro Campos – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – V. Ex^a tem o aparte, nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Estou aqui há bastante tempo embevecido com as palavras de V. Ex^a e aguardando uma oportunidade em que meu aparte não viesse a prejudicar a exposição lúcida de V. Ex^a.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Não prejudicaria nunca, só lhe faria trazer vantagem.

O Sr. Lauro Campos – Professor universitário como V. Ex^a também é, essa emenda constitucional representa uma abertura, sem dúvida alguma, importantíssima desta porta que nos permite alargar o horizonte de conhecimentos e de troca de conhecimentos em escala universal. Talvez, mesmo a importância e o grau de civilização que atinge um país esteja marcado por essa abertura àqueles que, muitas vezes, foram perseguidos pela sua cultura, perseguidos por estarem empunhando uma bandeira mais avançada do que aquela dos governantes do poder. Quantas vezes a Inglaterra, os Estados Unidos, a França serviram de abrigo e de albergue àqueles cientistas, àqueles professores, àqueles pensadores que foram expulsos, castigados e perseguidos em sua nação de origem. Portanto, não há dúvida alguma de que grande parte da grandeza dos Estados Unidos se deve a que entre os 32 milhões de imigrantes que entraram nos Estados Unidos, entre 1890 e 1930, muitos deles e de seus filhos vieram marcar com a sua presença, com as suas inovações, com as suas criações, com o fruto do seu trabalho intelectual o avanço que permitiu a constituição de uma sociedade ampla e de um capitalismo desenvolvido como o inglês e o norte-americano. De modo que merece, realmente, o nosso apoio e, em especial, a admiração que agora registro com a maneira pela qual V. Ex^a também defendeu esta emenda constitucional.

Muito obrigado, excelência.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Agradeço-lhe a lucidez do aparte, nobre Senador Lauro Campos, e só tenho que assinalar a generosidade de V. Ex^a a respeito da forma por que venho tratando rapidamente, embora, do assunto.

Como o nobre aparteante acaba de assinalar, é exatamente por atitudes como esta que as nações democráticas caracterizam seu procedimento e revelam que, no estado de direito, não podem ocorrer perseguições, nem limitações prejudiciais da interação no campo do espírito. O que cumpre a cada nação é defender-se dos atos abusivos do capitalismo internacional, mas não há que confundi-los com a grandeza do espírito e a liberdade de consciência. O espírito e a consciência não devem ter fronteiras que restrinjam a expansão dos conhecimentos, das ex-

periências, das tecnologias, das pesquisas. Nesse domínio, tudo o que se propiciar ao mundo é digno da cultura de cada povo. É o que neste momento pratica, com justiça, o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) – Continua em discussão. (pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, a discussão prosseguirá amanhã.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã, para prosseguimento da discussão, em quinta e última sessão.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por 50 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, pedi à Presidência que me garantisse a inscrição no dia de hoje, como primeiro orador após a Ordem do Dia, pois gostaria de fazer uma abordagem profunda sobre o tema salário-educação. Na sessão de sexta-feira, já nos últimos minutos, não era possível fazê-lo, apesar de ter trazido notícia à Casa de que o Ministério da Educação, à vista da balburdia, da desonestidade, até mesmo do crime de apropriação indébita que se estava a fazer no Rio de Janeiro, teria determinado o fechamento de várias escolas naquela cidade.

Entendi assim, Sr. Presidente, porque está na hora de o Parlamento brasileiro levar a sério uma instituição que foi criada em 1964 e que desconta 2,5% da folha de empregados. Ora, desse levantamento que realizei, acabei notando que, no ano de 1994, houve uma soma de R\$1,2 bilhão, arrecadados exatamente da folha de pagamento de funcionários das empresas. Lembro-me que a atual Constituição, no seu art. 212, § 5º dá como fonte adicional de ensino esse salário-educação porque entende que é preciso financiar o ensino fundamental.

O que se nota, a grande luta que tem havido por parte de Deputados e Senadores é que há uma idéia no sentido da descentralização da distribuição de recursos do salário-educação. O Decreto-lei nº 1.422, de 23.10.75, destina dois terços dos recursos do salário-educação aos Estados, Territórios e Distrito Federal, enquanto um terço é administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao Ministério da Educação e do Desporto. Conforme o Decreto nº 88.347/83, 25% da cota federal devem ser destinados ao apoio a programas municipais de ensino fundamental.

E aqui, Sr. Presidente, volto ao problema da reivindicação. As reivindicações a respeito da des-

centralização da distribuição dos recursos do salário-educação são antigas. E cresceram após 1988, com a argumentação de que cabe aos municípios receber uma parcela mais significativa dessa contribuição social, uma vez que a Constituição Federal estabeleceu, em seu art. 211, § 2º, a atuação prioritária desses entes federados no ensino fundamental.

Embora a legislação básica sobre a matéria tenha se mantido inalterada nos últimos anos, o Poder Executivo Federal vem ampliando o número de municípios atendidos pelo FNDE. O problema é que os critérios de transferências continuam a ser consideravelmente aleatórios, o que beneficia o clientelismo político e o desperdício. A pouca agilidade das transferências intergovernamentais também continua sendo um problema, ainda que seus danos tenham sido atenuados pela estabilização monetária.

O princípio da descentralização na aplicação dos recursos do salário-educação merece ser defendido, porém sua implementação precisa ser muito bem dosada. Não se pode menosprezar o fato de que mais da metade dos alunos do ensino fundamental do País encontra-se matriculada nas redes estaduais. Em alguns Estados, essa proporção é ainda maior, como em São Paulo, onde o poder público estadual mantém 80% das matrículas.

Em Santa Catarina, a rede estadual é responsável por quase 70% dos alunos matriculados no ensino fundamental. Essa situação indica que, sem negociação entre os governos estaduais e seus respectivos municípios, dificilmente uma política descentralizadora poderá ser bem sucedida.

Diversos projetos de lei sobre o salário-educação foram apresentados nos últimos anos no Congresso Nacional. A tônica geral é a da descentralização mediante a criação de uma quota municipal mais representativa. Parte dessas proposições preocupa-se com o estabelecimento de critérios mais objetivos nas transferências. Contudo, algumas delas ainda primam pela desinformação sobre as condições da oferta do ensino fundamental pelos entes federados.

Um dos projetos de lei, de autoria do ex-Senador Jorge Bornhausen, foi aprovado no Senado em 1990 e tramita desde então na Câmara dos Deputados. A esse Projeto de Lei, de nº 4.400-A/90, foram pensadas oito proposições sobre a matéria de iniciativa de Deputados.

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, a CECD, aprovou, em setembro de 1993, substitutivo da Deputada Ângela Amin ao Projeto de Lei nº 4.400-A/90. Esse substitutivo contempla os municípios com 20% do total dos

recursos arrecadados do salário-educação, além de outros 20% a ele distribuídos pelos Estados. A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara desde 1993 e aguarda atualmente a votação do parecer (favorável, com subemendas) do Relator, Deputado Francisco Domelles.

Apesar dessa situação, foram apresentados no Senado Federal, na atual legislatura, dois outros projetos de lei sobre a matéria. Ambos também procuram promover uma descentralização na distribuição dos recursos do salário-educação de forma a beneficiar os municípios.

O Sr. Hugo Napoleão – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O Sr. Esperidião Amin – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O Sr. Romeu Tuma – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Pois não, nobre Senador Hugo Napoleão. Voltarei a abordar esses dois projetos tão logo tenha a honra de ouvir o eminente Senador Hugo Napoleão, que foi Ministro da Educação e hoje exercita o múnus de Líder do PFL neste Senado.

O Sr. Hugo Napoleão – Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a acaba de fazer referência ao ex-Senador Jorge Bornhausen, que é Presidente do meu Partido, o PFL. Por uma dessas coincidências, eu o sucedi no Ministério da Educação e ele, por sua vez, sucedeu ao hoje vice-Presidente Marco Maciel. Aliás, por uma outra curiosa coincidência, o primeiro presidente do PFL foi justamente o Senador Jorge Bornhausen, e o segundo, o atual vice-Presidente da República, Marco Maciel, tendo eu sido o terceiro e novamente agora, como disse o Senador Jorge Bornhausen, que é um homem dedicado, extremamente dedicado à educação. V. Ex^a fez referência a um projeto dele. Gostaria de dizer que o salário-educação constituiu sempre, pelo menos no meu período no Ministério da Educação, uma das mais importantes molas mestras de todo o sistema, porque, arrecadado como é, à razão de 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas, destina-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que efetivamente, desde o ensino básico até o 3º grau, inclusive na área de esportes, financia construções, reformas, ampliações, enfim, presta um grande serviço à rede educacional do nosso País. De modo que quero congratular-me com V. Ex^a em nome da Liderança do PFL. Continuarei atentamente a ouvir a aula que V. Ex^a está hoje a proferir da tribuna do Senado Federal.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quero agradecer a V. Ex^a, eminente Senador Hugo Napoleão, e

dizer-lhe que, muito embora seja desnecessário falar sobre os méritos de V. Ex^a no Ministério da Educação, espero que essa coincidência de presidências de partido possam ser renovadas para vê-lo novamente, muito breve, à frente dos destinos do PFL. Acolho e incorporo o aparte de V. Ex^a.

Depois de fazer duas breves considerações que talvez mereçam a análise dos eminentes pares, concederei o aparte ao eminente Senador Esperidião Amin e ao Senador Romeu Tuma.

O Projeto de Lei nº 79/95, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, estabelece que o gestor do salário-educação deverá destinar 90% da sua arrecadação aos municípios. Os restantes 10% ficarão com a União, para o desenvolvimento de programas relacionados ao ensino fundamental. Da primeira parcela, 70% serão automaticamente enviados na proporção da população entre 7 e 14 anos de cada município. O valor restante será aplicado segundo critérios de esforço e eficiência estabelecidos periodicamente.

Chamo a atenção do Senado para o Projeto do Senador Joel de Hollanda, sob o nº 80/95, que divide o montante dos recursos do salário-educação em partes iguais entre os municípios e os Estados. A atribuição das quotas obedece aos critérios de rateio fixados para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Com essa idéia do eminente Senador Joel de Hollanda, o Senador Iris Rezende, que é o Relator da matéria na Comissão de Educação, apresentou um substitutivo que procura estabelecer o equilíbrio entre as duas proposições. Essa iniciativa assegura que pelo menos 70% dos recursos líquidos do salário-educação serão destinados aos municípios, sendo 40% distribuídos pela União e o mínimo de 30% repassados pelos Estados. A quota estadual é fixada em 60% dos recursos líquidos enquanto a exigência de transferência do mínimo de metade deste valor aos municípios possibilita uma descentralização negociada entre os governos estaduais e municipais. Já a União poderá deduzir até 4% dos recursos do salário-educação para a iniciativa nas áreas de pesquisa de avaliação do ensino fundamental.

Observem V. Ex^{as} que, ainda de acordo com esse substitutivo, todas as transferências intergovernamentais obedecerão à forma de conhecimento público, que incluirá critérios técnicos, de natureza quantitativa e qualitativa relacionados às necessidades e ao empenho dos governos subnacionais na oferta do ensino fundamental. Embora a quota da União seja reduzida, seu papel na definição dos cri-

térios de transferência de recursos para os entes federados é de grande importância.

Por isso mesmo ouço o eminente Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin – Nobre Senador Bernardo Cabral, por duas circunstâncias não poderia deixar de interromper o seu pronunciamento sobre tema tão importante.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Exª não interrompe; V. Exª completa o meu pronunciamento.

O Sr. Esperidião Amin – V. Exª aborda com profundidade um dos instrumentos mais eficientes e eficazes de que o País tem disposto ao longo dos últimos quase trinta anos. Primeiro, a referência de V. Exª ao substitutivo de autoria da minha esposa, então Deputada Federal Ângela Amin, e que foi presidente da Comissão de Educação, dedicando ao assunto a sua inteligência, o seu esforço, a sua dedicação, a compreensão da importância do instrumento. O segundo, é porque V. Exª está enaltecendo exatamente o aspecto mais importante, na minha opinião, de todo esse conjunto de projetos. É o esforço que o Congresso, por meio de seus representantes, seus integrantes, têm feito para tornar a descentralização desses recursos, ou seja, a distribuição desses recursos ao aplicador final, que é o Estado e o Município, crescentemente, uma distribuição dentro de critérios racionais que contribuam para melhorar a qualidade do esforço em prol da educação e, particularmente, do Ensino Fundamental em todo o Brasil. Nobre Senador Bernardo Cabral, sem dúvida alguma, o salário-educação é um dos emblemas que desmentem aqueles que são contrários aos recursos vinculados. V. Exª sabe que, hoje, há uma linguagem quase uniforme no Brasil contra a vinculação de recursos. Quando observamos as dificuldades por que o Brasil ainda passa no campo da educação, e quando se faz a avaliação de onde estaríamos se não houvesse o salário-educação, o recurso vinculado, destinado precipuamente a essa finalidade, esse cotejo faz com que o salário-educação seja objeto do reconhecimento ao mérito da sua existência e à busca, da forma mais eficaz possível, de sua aplicação pelos entes federados. Pela importância do tema, do tributo e da sua destinação, desejo associar-me as suas palavras, enaltecendo a finalidade do seu pronunciamento, pedindo-lhe que considere a minha palavra como um aplauso a sua iniciativa de focalizar, com tanta profundidade, um assunto de tanta relevância para o Brasil e, por consequência, para o Senado Federal.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Esperidião Amin, quero agradecer a V. Exª por dois motivos. Primeiro, V. Exª fala com a experiência de quem acompanhou de perto essa matéria, até pela ligação com a eminente Deputada Ângela Amin, sua esposa. Segundo, porque, tendo sido Governador de Estado, teve oportunidade de verificar que essa vinculação estava correta.

De modo que aceite os meus agradecimentos. Tomo o aparte de V. Exª como um incentivo para futuros pronunciamentos.

O Sr. Romeu Tuma – V. Exª concede-me um aparte, nobre Senador?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muito prazer, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Obrigado, Senador Bernardo Cabral, por essa oportunidade. V. Exª sempre traz a este Plenário assuntos atuais e de vital importância para o futuro do País. Ouvindo os apartes dos Senadores Hugo Napoleão e Esperidião Amin, muito pouco poderei acrescentar à bela peça oratória que V. Exª traz a esta Casa, com dados técnicos para que realmente o Senado possa ajudá-lo nessa empreitada. Não só aqui no Senado, onde o tema educação é quase que objeto da conversa diária de muitos Senadores, mas em casa, em conversa com minha esposa, Zilda, que sempre trabalhou na área da educação e que se angustiava com a formação do ensino municipal em São Paulo, pude ter um contato direto com os problemas relacionadas a essa área. Agora V. Exª nos mostra a possibilidade de uma dotação maior para o município. Não se pode fugir à realidade, e V. Exª, Senador Bernardo Cabral, com conhecimento de causa, afirma que a municipalização do ensino básico é a coisa mais importante a ser realizada hoje. O Ministro da Educação propõe algumas reformas sadias, e o próprio Presidente da República, dentre uma das cinco prioridades na busca de um ensino básico melhor, aponta o pagamento de um salário básico para professores do ensino fundamental, leigos ou não. Em determinadas regiões do País não há professor formado e, por isso, leigos se ocupam em fazer as crianças aprenderem, no mínimo, as primeiras letras, recebendo em troca salários que são praticamente a metade do que seria o mínimo desejável. De modo que desejo cumprimentar V. Exª e agradecer-lhe até pelo tema do discurso que traz à apreciação de seus Pares na tarde de hoje.

O SR. BERNARDO CABRAL – Veja V. Exª, eminente Senador Romeu Tuma, que toda família que cuida do assunto educação sempre está às voltas com um problema preocupante.

Agora mesmo V. Exª traz à colação o depoimento de Dona Zilda, que, além de ser sua esposa, trabalha em uma área altamente desconfortável, que é a do professor mal pago, mas que nem por isso deixa de observar as dificuldades pelas quais atravessa o País. E essa dificuldade é tanto maior que, quando dizia dos projetos dos eminentes Senadores Waldeck Ornelas e Joel de Hollanda, com a preocupação de que se possa ter um roteiro, eu me referia ao substitutivo do Senador Iris Rezende. O mais grave é que, como não pôde ser ele votado na Comissão de Educação, o que acontece? Esgotou-se o prazo regimental e, com isso, a matéria não obteve pronunciamento e foi remetida para o plenário desta Casa, onde está aguardando – e espero que isso ocorra em breve – a sua inclusão na Ordem do Dia.

Quero declarar que apesar de suas qualidades, o substitutivo do Senador Iris Rezende, uma vez aprovado no Senado, tem poucas condições de sobrevivência na Câmara, uma vez que, ou a iniciativa acabará chegando tarde demais, ou será apensada ao Projeto de Lei nº 4.900-A/90, com pouca probabilidade de ser preferido em meio a tantas iniciativas de parlamentares daquela Casa, incluindo o substitutivo da CECD.

Essa profusão de proposições já seria suficiente para recomendar cautela no propósito de se apresentar nova iniciativa sobre o assunto. O mais adequado é, sem dúvida, emprestar apoio ao princípio descentralizador contido nas iniciativas já existentes dos eminentes Senadores.

O Sr. Joel de Hollanda – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Joel de Hollanda – Nobre Senador Bernardo Cabral, inicialmente gostaria de cumprimentá-lo pelo tema que V. Exª em boa hora trouxe à discussão nesta Casa e pela forma competente e profunda com que V. Exª o aborda nesta tarde.

O SR. BERNARDO CABRAL – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Joel de Hollanda – O financiamento da educação é, sem dúvida alguma, um dos capítulos mais importantes dos grandes problemas que envolvem este valioso setor, assim como identificar formas eficientes de financiar os salários dos professores e o funcionamento das unidades escolares, o que sempre preocupou os educadores. E o salário-educação, como bem disse o meu Líder Hugo Napoleão, é, na verdade, um instrumento eficiente que conseguiu estabelecer um fluxo permanente de re-

ursos para a educação e tem contribuído para que possamos avançar bastante nessa área, sobretudo em termos da universalização da matrícula e da melhoria da qualidade do ensino. É um instrumento que pode e deve ser aperfeiçoado, porque a sociedade muda, os cenários mudam, e precisamos estar atentos a essas mudanças para cada vez mais aperfeiçoá-las. V. Exª chama atenção para as várias propostas em exame nesta Casa e na Câmara dos Deputados. É preciso que meditemos sobre essas propostas para obtermos avanços e não retrocessos nesse essencial capítulo, que é o de financiar a educação. Quero parabenizar V. Exª pela contribuição que traz, e a minha modesta proposta nesse campo procura preservar o sentido da descentralização, mas que seja compatível com a responsabilidade dos municípios e também a dos estados. Não se trata simplesmente de mudar uma legislação, mas de tentar aperfeiçoá-la, dando não somente aos municípios encargos que eles devem ter em termos de novas funções de governo, mas, sobretudo, o arcabouço de recursos financeiros para bem desempenhar essa função. Essa é uma preocupação que se deve ter. Acolho com muita alegria esse pronunciamento de V. Exª, porque ele chama a nossa responsabilidade as propostas em exame. O que aqui decidirmos trará uma repercussão muito grande à escola, as nossas regiões, ao importante estado que V. Exª representa e ao meu Estado de Pernambuco. Por isso, temos de meditar muito e analisar bem as propostas que foram feitas para termos um avanço, não só na descentralização, mas também na adequação das receitas às funções nos municípios e nos estados nessa importante área da Educação. Parabéns, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Waldeck Ornelas – Permite V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço o Senador Waldeck Ornelas, porque assim responderei a ambos, já que foram autores de medidas tão oportunas.

O Sr. Waldeck Ornelas – Efetivamente, é muito oportuna a questão que V. Exª coloca. Coincidentemente, eu e o Senador Joel de Hollanda tomamos iniciativas idênticas, até numa mesma data, sem nenhuma articulação entre nós. Mas essa multiplicidade de projetos que V. Exª registra é um indicador de que o tema está realmente carente de atenção do Legislativo. Por outro lado, é estranho e, ao mesmo tempo, significativo que o Legislativo, embora tendo vários projetos tramitando, não consiga concluí-los. Eu próprio tenho me dedicado a esse tema desde a minha primeira legislatura como Deputado, na época

da Constituinte. A minha preocupação básica está voltada para o critério de distribuição. Atualmente, o estado que gera a receita do salário-educação fica com 2/3 do volume arrecadado. Como se trata de incidência sobre a folha de salários, quem gera mais são, justamente, as áreas mais desenvolvidas, as que têm as mais elevadas taxas de alfabetização, por conseguinte, necessitam menos desses recursos. É evidente que o Estado de São Paulo é o grande arrecadador, com algo da ordem de 40% do volume global gerado, embora – veja-se do lado da despesa – que esses recursos no Estado de São Paulo representem apenas 3% dos gastos da Secretaria de Educação na área de Educação. Isso gerou lá uma coisa interessante: o estado é quem faz ensino fundamental em São Paulo, e os municípios têm, muitas vezes, ficado fora do ensino fundamental. Registra-se, inclusive, o Ministro da Educação tem chamado a atenção para esse fato, o caso de Paulínia, que mantém um transporte coletivo gratuito para toda população e não tem um único aluno matriculado na rede fundamental, porque naquela localidade não há rede fundamental. A minha preocupação tem sido a municipalização, a criação de uma quota municipal, tendo em vista a descentralização da responsabilidade. Ora, encontra-se, atualmente, em tramitação na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, mas começando pela Câmara dos Deputados, uma emenda constitucional que institui o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental.

O SR. BERNARDO CABRAL - É ao que vou chegar agora.

O Sr. Waldeck Ornelas - Com isso, praticamente torna-se indiferente a vinculação administrativa das escolas – se estadual ou municipal – porque os recursos da ordem de 25%, os quais a Constituição vinculou à Educação, passarão a ser distribuídos com base no alunado, na matrícula vigente, na matrícula efetiva. É conveniente observar-se que a União não aplica recursos fiscais – e isso precisava ocorrer – no ensino fundamental. Os 18% da União vão praticamente, na sua quase totalidade, para o ensino de III grau e para a pós-graduação. Essa é uma distorção que precisa ser corrigida, mas o modelo proposto pelo Ministro Paulo Renato, pelo Presidente da República, mantém em aberto a conta da União. Então, haverá necessidade de recursos fiscais, até porque é preciso universalizar o ensino fundamental. Essa é a outra vertente das minhas preocupações. De outro lado, temos visto ser levantada a hipótese de extinção do salário-educação dentro de uma política de redução do custo dos encargos

sociais, já que incide sobre a folha salarial. De todo modo, é conveniente que o projeto seja votado, porque os recursos do salário-educação estão entrando na composição do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, independente do critério de distribuição. O projeto que apresentei – há também um substitutivo do Senador Iris Rezende – contempla outras medidas e providências necessárias ao aperfeiçoamento do salário-educação, tais como a que diz respeito ao período de sua arrecadação, à imposição de multas àqueles que não arrecadarem, e assim por diante, de modo a assegurar uma elevação desse bolo, porque há muita evasão. Ainda recentemente foram detectados no Rio de Janeiro desvios na aplicação desses recursos. A educação sempre foi muito importante e fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Agora que ingressamos nessa era do conhecimento, a educação se torna, cada vez mais, um elemento estratégico. É preciso que o Brasil venha a apagar essa chaga do analfabetismo, tão marcante em nossas regiões. Defendo a votação do substitutivo do Senador Iris Rezende. Se esse projeto for para a Câmara dos Deputados, ele certamente será juntado aos outros e todos deverão ser juntados, posteriormente, à lei regulamentadora desse Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, que vamos ter a oportunidade de examinar proximoamente aqui no Senado.

O SR. BERNARDO CABRAL - Eminentíssimo Senador Waldeck Ornelas, V. Ex^a não se encontrava presente quando fiz menção de que a idéia do seu projeto é estabelecer que o gestor do salário-educação deverá destinar 90% da sua arrecadação aos municípios e os 10% restantes à União.

Por que V. Ex^a pensa assim? Porque V. Ex^a entende que esse é o caminho para o desenvolvimento dos programas relacionados ao ensino fundamental. Fiz questão de destacar que, dessa primeira parcela, dos 70%, os recursos seriam automaticamente enviados, na proporção da população entre 7 e 14 anos, para cada município. Essa é a nossa grande luta. E o valor restante, esse, sim, seria aplicado segundo critérios de eficiência estabelecidos periodicamente.

Ao mesmo tempo, fiz uma observação quanto ao projeto de lei do Senador Joel de Hollanda, pelo qual S. Ex^a divide o montante dos recursos do salário-educação em partes iguais entre os municípios e os estados. E fiz questão de dizer que o Senador Iris Rezende havia apresentado um substitutivo no sentido de estabelecer um equilíbrio entre as duas proposições. Fiz esse raciocínio e procurei desencadear, evidentemente sem o brilho, que me falta,

mas com a persistência que vejo em meus nobres pares, a qual devo imitar, para mostrar que há um novo fator que precisa ser considerado na análise de qualquer proposta de mudança do salário-educação: o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Esse é o termo. Onde isso está contido? Na Proposta de Emenda à Constituição que tomou o número 233/95, de iniciativa do Senhor Presidente da República, e que se encontra em apreciação na Câmara dos Deputados, como V. Ex^a, **em passant**, fez questão de registrar. Qual a sua finalidade? Criar um fundo de apoio ao ensino fundamental no âmbito de cada estado, com recursos estaduais e municipais. Caso o fundo de algum estado não consiga atingir um valor mínimo por aluno, a União se compromete a completá-lo.

Vejam, eminentes Senadores Joel de Hollanda e Waldeck Ornelas, que para isso a União poderá utilizar o recurso salário-educação, além de dotações orçamentárias. Por isso mesmo, acho que essa iniciativa pretende ser a principal ação do atual Governo na área educacional. Não cabe aqui analisar sua adequação e viabilidade, o importante é ressaltar dois aspectos: primeiro, um dos méritos da proposta é estimular a negociação entre os Estados e seus respectivos municípios acerca da divisão de responsabilidade na oferta do ensino fundamental. De outro lado, o Ministério da Educação e do Desporto resistirá mais do que o habitual a qualquer proposta que possa reduzir a cota federal do salário-educação, como reivindicam alguns projetos de lei.

Em verdade, os que estamos interessados em encontrar uma solução para essa questão precisamos trazê-la para a discussão e, ao mesmo tempo, partir para um caminho de melhor ajuste da sua distribuição. Entendo que a contribuição de cada Senador, de cada Parlamentar, a par desse Fundo que se cria, significa dar passos para que talvez – eu uso talvez – seja possível retirar essa forma desonesta que se abate sobre o salário-educação em tantas escolas, o que acaba desvirtuando o fim para o qual foi criado.

Eu sei, Sr. Presidente, que está terminado o meu tempo. Por isso, vou concluir, dizendo que a atenção dos eminentes Senadores que me deram a honra dos apares contribui cada vez mais para o incentivo e a certeza de que unidos nós podemos chegar a alguma coisa no terreno da educação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Ernandes Amorim, 4^o Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é

ocupada pelo Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Coutinho Jorte – Epitácio Cafeteira – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Fogaça – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Pedro Simon – Sérgio Machado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Cunha Lima. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda. (Pausa).

Concedo a palavra ao nobre Senador Emandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, neste momento pretendemos tecer alguns comentários a respeito da agricultura.

Quando falamos em agricultura, falamos no Brasil do faz-de-conta. Às vezes até chegamos a compará-la com a polêmica questão dos jogos, dos cassinos: no Brasil do faz-de-conta, diz-se que não há cassinos; mas existe o jogo, funcionam os cassinos.

No Brasil do faz-de-conta, fala-se em agricultura e diz-se que os agricultores têm o apoio governamental.

Na verdade, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, triste é o país que não dispõe de um programa de segurança alimentar. A garantia da oferta de alimentos, na proporção das necessidades da sociedade, deveria ser uma obsessão para qualquer governo, como o é em países desenvolvidos.

Infelizmente, este não é o caso do Brasil, onde a agricultura tem sido, permanentemente, objeto de promessas de palanque. Mas todos sabemos da ausência de políticas efetivas que garantam ao agricultor condições de produzir e de permanecer em atividade.

Os exemplos da omissão e da inação do Governo com a agricultura são vários. Um deles é a dramática situação dos produtores de leite. Deveria ser adiada a importação de leite para o Brasil, mas, com a abertura do Mercosul, os produtores brasileiros de leite perecem diante dos preços da concorrência com os países desse mercado comum. A Argentina produz leite em abundância, tendo em vista a qualidade do seu rebanho e o apoio dado pelo Governo, que incentiva os produtores, isentando-os de impostos. No Estado de Rondônia, onde o gado lei-

teiro, apesar da má qualidade, foi comprado a preço altíssimo e financiado com juros altos, os produtores concorrem hoje com o leite importado. O governo, diante desse problema, nada tem feito. Não somente Rondônia, mas também outros Estados, como Minas Gerais e São Paulo, jamais terão condição de concorrer com o leite importado dos países do Mercosul.

Para evitar a concorrência do carro importado, o Governo, tendo em vista a reivindicação das grandes empresas, cuidou de aumentar, de imediato, a alíquota de importação, o que não ocorreu no caso do leite. Os produtores de leite enfrentam a concorrência. O Governo antes de abrir as portas à importação de leite deveria ter preparado melhor os rebanhos, deveria ter concedido financiamento com juros baixos aos agricultores e aos pecuaristas, para que tivessem condição de concorrer.

Em Rondônia, o produtor vende um litro de leite por dez centavos e paga juros altíssimos ao Banco do Brasil, que penhora as propriedades dos pequenos agricultores. O Governo Federal não dá a menor atenção a esse problema.

Volto a dizer: no Brasil do faz-de-conta, nada acontece em benefício do povo. Os produtores de arroz do Rio Grande do Sul sofrem com a importação de arroz de outros países, que bancam a produção e a renda do meio rural.

O Brasil, que tem os melhores solos para produzir arroz, a exemplo do Estado de Rondônia e toda a Região Norte, está importando arroz de pequenos países, como a Tailândia e outros. O Brasil está importando arroz, que deveria ter sido plantado pelos agricultores, e deixando de incentivar esses produtores a explorarem o solo brasileiro. Isso faz com que nossas divisas sejam levadas para o exterior por um motivo injustificável, qual seja, a importação de arroz.

A triticultura nacional foi arrasada pela falta de apoio oficial ao setor. A previsão de produção de trigo este ano é de cerca de 1 milhão de toneladas, quando há cinco anos produzíamos 2 milhões e meio de toneladas. Estamos importando trigo a US\$350 a tonelada, e sabemos que o Governo se recusou a garantir o preço mínimo de US\$150 a tonelada. Esse é outro setor carente de apoio do Governo Federal. O Brasil importa trigo da Argentina, quando poderia produzi-lo. Diante do abandono que existe na agricultura, o prejuízo para o pobre produtor é inevitável.

O setor algodoeiro já desempregou mais de 250 mil trabalhadores, reduzindo a área plantada à metade. Os pequenos agricultores do Rio Grande do Sul são tratados a pauladas quando reivindicam

apoio financeiro para não morrerem de fome. Portanto, a política nacional, a política de apoio ao pequeno agricultor, tem de ser revista.

Outro setor que está no eterno abandono, tratado com descaso, é a heveicultura nacional. O Brasil deixou de ter uma política de proteção e estímulo à produção da borracha. Ao invés de ter um programa que viabilize o aumento da produção e da produtividade da borracha, estamos assistindo ao esvaziamento de nossos seringais, com a migração dos seringueiros para as cidades, aumentando o contingente dos miseráveis e despossuídos.

O caso da borracha é típico. Nos idos da década de 40 e 50, a borracha trouxe divisas para a Amazônia e, conseqüentemente, para o Brasil. Manaus teve sua época áurea com a exportação da borracha, que hoje se encontra abandonada pelo Governo. A região Norte possuía milhares de seringueiros, que saíram das matas para a periferia das cidades, onde se encontram abandonados, por falta de incentivo do Governo e do Banco da Amazônia, antes Banco da Borracha, cuja finalidade era ajudar os produtores de borracha.

É preciso que o Governo Federal volte sua atenção para aquela região, incentivando, melhorando as condições daquele povo que trabalhou e sofreu nos seringais.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ERNANDES AMORIM - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Ernandes Amorim, o grave é que, no passado, a falta de política para a borracha foi tamanha que a idéia que poderia ser feita é a de que aquilo serviria de exemplo para o futuro atual. No começo do século, o Amazonas contribuía com 51% para o Orçamento nacional, e isso deu oportunidade àquele Estado que tivesse, como tem, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, obras que só foram possíveis em função do alto preço da borracha. Um quilo de borracha custava 15 libras esterlinas. Tempos depois, o que se viu, com a falta de planejamento e a *débâcle*, é que eram necessários 15 quilos de borracha para uma libra esterlina. Como V. Ex^a disse, a região Norte contribuiu, durante a II Guerra Mundial, com o máximo que podia, pois a borracha era estratégica. Depois, o Banco da Borracha passou para Banco da Amazônia para que se pudesse garantir o preço, esquecidos aqueles que já haviam, com a sua incúria, permitido que levassem a semente de borracha para Java, para a Birmânia, países que produziam a preço mais

baixo e liquidaram com a borracha da Amazônia. A denúncia que V. Exª faz é apropriada e oportuna. É preciso que o Governo se dê conta de que há certo tipo de região que para ela não se deve voltar as costas. E a região da Amazônia é uma que o Governo deve olhar de frente, com o carinho que merece. Era o registro que eu queria fazer ao discurso de V. Exª.

O SR. ERNANDES AMORIM – Obrigado pelo aparte, nobre Senador Bernardo Cabral.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Amazônia hoje recebe projetos que interessam ao resto do Brasil, mas não recebe projetos que interessam a ela própria. Por exemplo, o SIVAM. É necessário que se tenha um projeto do nível do SIVAM, mas não a esse custo. Se houvesse outra licitação, sobriam recursos para investir na Amazônia, principalmente na borracha.

O Planafloa, criado no Estado de Rondônia, que no momento deveria estar voltado para investimento na área produtiva, recebe recursos apenas para conservação e manutenção dos interesses internacionais na Amazônia. Ninguém, no Brasil afora, pensa que a região Norte precisa desenvolver-se, precisa de apoio, especialmente na agricultura. A agricultura é que está sustentando o Plano Real, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso mesmo diz, com orgulho. O Plano Real está de pé graças ao apoio do agricultor, do homem que trabalha no campo.

É preciso que o Governo Federal coloque recursos, promova o desenvolvimento agrícola e não fique nesse faz-de-conta. O Brasil precisa da agricultura. Qualquer país que quer se desenvolver cuida primeiro da sua agricultura.

É preciso que o Governo desça da sua vaidade e reconheça, de uma vez por todas, que é indispensável que o País tenha uma política agrícola comprometida com a segurança alimentar.

O Brasil precisa deixar a contramão da história. Se o primeiro mundo protege e subsidia a produção de alimentos, garante a renda do produtor, por que temos que ser diferentes? Por que aqui temos que conviver com o produtor desesperado com um endividamento que não pode pagar, se não dispendo de seus bens? Por que aqui a reforma agrária tem que ser resolvida através da força, com invasões de terra?

Essas questões precisam ser respondidas e resolvidas, sob pena de continuarmos com muitos brasileiros paupérrimos, contra um Brasil de poucos, próspero, rico e egoísta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ernandes Amorim, o Sr. José Eduardo Dutra, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o nobre Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senador Ronaldo Cunha Lima encaminhou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as consequências da política de estabilização monetária do governo, reclama a nossa atenção, nos últimos dias por dois motivos fundamentais.

De uma, porque o socorro ao sistema financeiro nacional foi tocado com um ônus considerável ao Erário, e sempre pela via da "delegação implícita" da Medida Provisória. A estabilidade da moeda e a manutenção de seu poder de compra, deve ser tão imprescindível, quanto o imediato resgate da dívida social, especialmente em áreas onde ainda predominam um nível de miséria alarmante.

De outra, porque o sentido da atividade pública deve ser o bem comum. Olvidando essa variante, o governo insiste em dar seguimento à uma política financeira de forte teor recessivo. Podemos constatar, que a despeito de todo o investimento do governo na área bancária, o resultado tem sido o desemprego de vários profissionais ligados a essa atividade. Some-se a isto, a queda do nível de emprego nos bancos, à custa de inovações tecnológicas. Aliás, temos um dos mais, ou talvez o melhor, serviço bancário informatizado, do mundo.

As tentativas de encontrar soluções, diga-se de passagem, sempre confortáveis aos banqueiros, passam, inexoravelmente, pela perda de emprego.

Agora enfrentamos, de modo bem particular na Paraíba, as consequências da política de saneamento do Banco do Estado do Rio de Janeiro, agora sob a administração do Banco Bozzano Simonsem.

As agências deste banco nas cidades paraibanas de João Pessoa e Campina Grande estão na iminência de serem fechadas, levando à rua, mais

de cinquenta chefes de famílias. Ambas as agências, é bom que se diga, encontram-se no momento com **superávit**. Tanto na Capital quanto em Campina Grande o Banerj tem trabalhado como agência de fomento, contribuindo, sensivelmente, com programas de revitalização do comércio e da indústria locais.

Recebi apelos de várias entidades da Paraíba, inclusive e notadamente do Sindicato dos Bancários, da Câmara Municipal de Campina Grande e da Assembléia Legislativa do Estado, reclamando uma providência perante as autoridades da área econômica do Governo, e junto ao banco gestor, bem assim ao Governador Marcelo Alencar do Rio de Janeiro. Ressaltam a importância da agência do BANERJ para a o Município, e a luta que está sendo promovida por toda a sociedade campinense para mantê-la funcionando.

Vi nos últimos dias as reações dos bancários de São Paulo e Porto Alegre, para evitar o fechamento das agências do Banco em suas cidades, com possível prejuízo ao emprego.

O apelo que faço da tribuna do Senado Federal, de uma forma específica, é para salvar a atuação do Banerj nessas cidades paraibanas, bem assim, de uma maneira mais ampla, para que sejam repensadas as medidas adotadas no socorro às instituições financeiras, condicionando-as a manutenção do emprego dos trabalhadores a elas vinculados.

Estarei mantendo contato, diretamente ou por correspondência com o Presidente do Banco Central, do Governo do Rio de Janeiro, e do Banco Bozano Simonsem, para que sejam audientes às reclamações dos bancários paraibanos.

É extremamente necessário, antes de mais nada, salvar a nação, para garantir o equilíbrio do sistema financeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária a realizar-se amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 4, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 39, de 1996)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 13, de 1996, da Comissão de Assun-

tos Econômicos), que autoriza o Estado do Tocantins a prestar garantia no valor de trinta e quatro milhões de reais, acrescida dos respectivos encargos financeiros (acessórios), junto ao Banco do Brasil S/A, destinada a financiar a execução do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER III – Piloto, a ser implantado no Município de Pedro Afonso, TO.

- 2 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 5, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 40, de 1996)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 14, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que concede autorização para elevação temporária de limite de comprometimento e para contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até vinte milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Projeto de Pavimentação Asfáltica da Rodovia MS-141, trecho Ivinhema-Naviraí.

- 3 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.
(Quinto e último dia de discussão)

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 68, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 1995 (nº 163/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 1996, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**, com votos vencidos dos Senadores Josaphat Marinho, Ademir Andrade, Roberto Freire, Ronaldo Cunha Lima, Benedita da Silva e Carlos Patrocínio.

(Primeiro dia de discussão)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h39min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 132, DE 1996 (*)

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor JOAQUIM LUIZ LAMEU MOREIRA, matrícula 2600, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 25 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 3-2-96.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 134, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar a servidora ROSE MARY PRADO PORTO, matrícula 3349, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1995. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 135, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora ROSE MARY PRADO PORTO, matrícula 3249, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do

Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 136, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar a servidora MARIA BETÂNIA SILVA SCARINGI, matrícula 3370, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 137, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora MARIA BETÂNIA SILVA SCARINGI, matrícula 3370, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 138, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor MANOEL LOPES CANÇADO SOBRINHO, matrícula 4679, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PT, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 139, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Fede-

ral, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor MANOEL LOPES CANÇADO SOBRINHO, matrícula 4679, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, no Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 140, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor SÉRGIO MURILO GOMES DADA, matrícula 4276, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador José Alves, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 141, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor RAIMUNDO CORDEIRO MORORO, matrícula 3469, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete do Senador Vilson Kleinübing, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 142, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º,

do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor MARCO CEZAR SGRÉCIA, matrícula 3241, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 17 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 143, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor DEUSDETE GONÇALVES DA SILVA, matrícula 1771, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, com efeitos financeiros a partir de 15 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 144, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor DEUSDETE GONÇALVES DA SILVA, matrícula 1771, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, com efeitos financeiros a partir de 15 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 5 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

MESA

Presidente

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS

Líder

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL

Líder

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB

1. Eptácio Cafeteira

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOINO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02

PPR

ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

PP

JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

- *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - ESPIRIDÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95
- *9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUÍZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLICY *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

*1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - vaga cedida pelo PSB

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PSB em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPIRIDÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

- *1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3108
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Cassildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

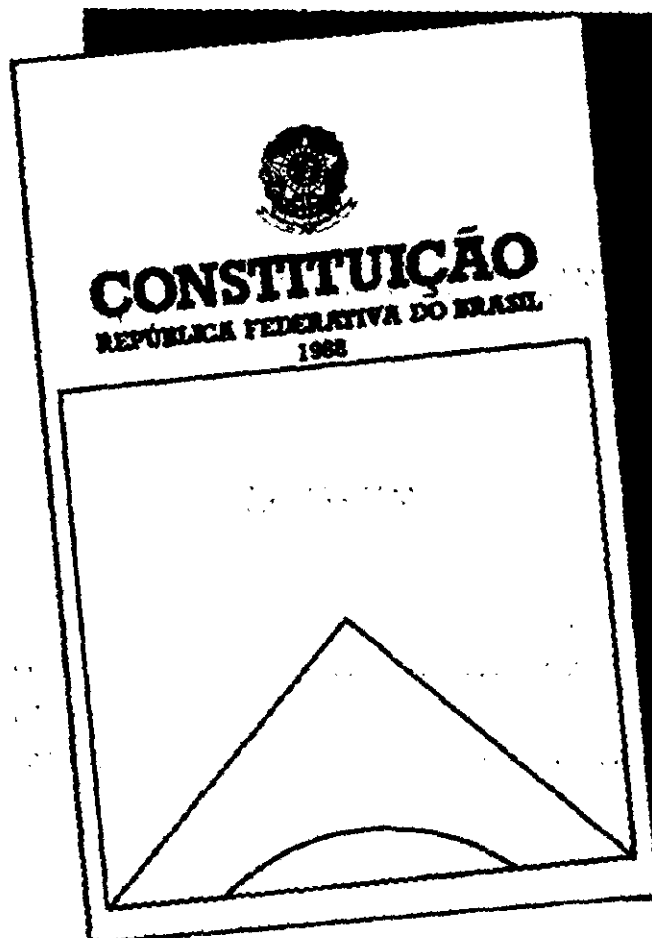
¹ Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95

² Filiado ao PSDB em 22-6-95

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS